



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Ofício nº 75/2025 – SNJ**

Leme, 06 de maio de 2025.

Excelentíssimo Senhor

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Complementar, que “Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, nos termos em que especifica.”

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária à sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei Complementar ora apresentado.

Solicitamos que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em regime de urgência, de conformidade com o artigo 194, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**

**Prefeito do Município de Leme**

À

Excelentíssima Senhora.

**CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

Assinado por 1 pessoa: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/DAFC-2A46-D008-2BD2> e informe o código DAFC-2A46-D008-2BD2



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

## ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR \_\_\_\_\_ / 2025.

**“Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, nos termos em que específica.”**

**Art 1º** Os valores dos vencimentos, gratificações, adicionais e demais verbas incorporadas e subsídios, devidos pelo Poder Executivo do Município de Leme e suas autarquias, ficam majorados em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), observado o seguinte escalonamento:

**I** – 1,00 (hum por cento) em maio de 2025;

**II** – 3,83 (três vírgula oitenta e três por cento) em novembro de 2025;

**§ 1º** Os percentuais previstos pelos incisos I e II, deste artigo, serão aplicados sobre os valores vigentes no último dia do mês imediatamente anterior.

**§ 2º.** O percentual que compõe esta revisão reflete apuração de índice inflacionário do ano de 2024, realizado pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA).

**Art. 2º** As disposições do artigo 1º aplicam-se aos valores dos proventos de inatividade e pensões com regra de reajuste pelo princípio da paridade remuneratória.

**Art. 3º** Excluem-se da aplicação da presente lei os profissionais do quadro de Agente de Saúde, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Controle de Vetores), que terão seus respectivos pisos salariais atualizados por legislação municipal específica em similitude com a legislação federal que regulamenta o piso salarial de suas categorias.

**Art. 4º** No prazo de até trinta dias contados da vigência desta Lei, os diversos órgãos responsáveis pela aplicação das disposições do artigo 1º, farão publicar as respectivas tabelas, devidamente atualizadas.

**Art. 5º** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas em Orçamento.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 09 de maio de 2025.

Claudemir Aparecido Borges

Assinado por 1 pessoa: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/DAFC-2A46-D008-2BD2> e informe o código DAFC-2A46-D008-2BD2



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **MENSAGEM E JUSTIFICATIVA**

**Exmo. Sr. Presidente; Exmo. Srs. Vereadores,**

Com os respeitosos cumprimentos deste Executivo, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, o Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a revisão anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos"

O presente Projeto de Lei visa cumprir determinação constitucional que, em seu artigo 37, inciso X, assegura revisão geral anual na remuneração e nos subsídios dos servidores públicos e agentes políticos, respectivamente. Tal revisão se torna indispensável, na medida em que anualmente ocorre o aumento do salário mínimo nacional e estadual e, em consequência, há um aumento geral no valor do custo de vida, ficando defasados os valores pagos aos Servidores Públicos. Daí a necessidade do presente Projeto de Lei.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 dispõe, em seu artigo 37, inciso X que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...) X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Sabe-se da importância da valorização de nosso quadro funcional, que sem dúvidas, mereceria mais, pela sua dedicação e comprometimento com os serviços, porém, a Administração Municipal deve levar a valorização profissional e a prestação de seus serviços, de forma equilibrada, não comprometendo nenhuma delas.

A revisão salarial concedida está dentro das condições financeiras e planejadas em nosso orçamento, auxiliará o servidor e não comprometerá o Município financeiramente, que continuará entregando serviços públicos de qualidade, com seu quadro funcional devidamente valorizado.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

Ademais, em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, estamos encaminhando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas.

Pelo exposto, solicitamos, assim, a análise e aprovação dos Nobres Vereadores em relação à matéria proposta, em REGIME ESPECIAL DE URGÊNCIA, para que haja tempo hábil para promulgação da Lei e elaboração da folha de pagamento com o reajuste proposto.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos melhores protestos da mais alta estima e elevada consideração, desejando a Vossas Excelências, muito sucesso consecução do seu mister no Legislativo Municipal.

**Claudemir Aparecido Borges**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Claudemir Aparecido Borges, Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento das determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº101/2000, na qualidade de ordenador de despesas, DECLARO que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e constante de caixa, conformando-se com as orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Leme, 06 de maio de 2024.

Claudemir Aparecido Borges

Assinado por 1 pessoa: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/DAFC-2A46-D008-2BD2> e informe o código DAFC-2A46-D008-2BD2



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**Estudo do Impacto Orçamentário-Financeiro nº 41/2025**

Enfatiza-se que o presente estudo vem atender ao dispositivo contido nos art. 15,16,17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e, tem por objetivo demonstrar o impacto orçamentário e financeiro, para os exercícios de 2025 a 2027, referente a **“Revisão Geral Anual das remunerações, subsídios dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta.”**

**1 – Estimativa do Impacto Orçamentário**

Esclarecemos inicialmente que a **revisão geral anual não carece da realização de impacto**, por força do dispositivo constitucional que determina tal procedimento, conforme disposto contido no § 6º do Art.17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo com fito de verificar o cumprimento de outros dispositivos que regulem as despesas do Poder Executivo efetuamos abaixo o demonstrativo que tal revisão ocasionará nas finanças do Município.

**2 - PARÂMETROS E PREMISSAS UTILIZADOS**

- a) Relatório de Impacto Departamento de Gestão de Pessoas;
- b) Relatório IPCA acumulado 12 meses 2024
- c) Percentual de revisão geral proposto: **1% de Maio a Outubro/2025 + 3,83 Novembro e Dezembro**

**3 – DO IMPACTO ELABORADO PELO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS CALCULADO POR MÉDIA SIMPLES ÚLTIMOS 12 MESES (04/2024 – 03/2025)**

IMPACTO REVISÃO ANUAL – 1% + 3,83

Maio a Outubro (1%) R\$ 877.301,87

Novembro e Dezembro (3,83%) R\$ 1.577.630,49

**Total: R\$ 2.454.932,36**

Assinado por 2 pessoas: CELIA INE DE JESUS REIS G. ARAUJO e VALÉRIA AP. SCATOLINI OTSUKA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeitura.leme.1.doc.com.br/verificacao/8910C596465ED1008-38A12> e informe o código 8910C596465ED1008-38A12





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

#### 4 – DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Considerando que os limites da despesa com pessoal estabelecidos da LRF são:

- Limite de alerta: 48,6%
- Limite prudencial: 51,3%
- Limite máximo: 54%;
- Considerando que o aumento sobre a folha de pagamento será de **1%** anual, de Maio a Outubro/2025;
- Considerando que o aumento sobre a folha de pagamento será de **3,84%** anual, em Novembro e Dezembro/2025;

#### Impacto Realizado Sobre Folha Pagamento

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL (4,83%)							
Folha Março/2025	Índice	Maio (1%)	Projeção Despesa Maio à Outubro 2025	Novembro(3,83%)	Dezembro (3,83%)	Dezembro c/ 13° (3,83%)	Projeção despesa total com pessoal de Maio Dezembro 2025
R\$ 17.294.684,23	4,83%	R\$ 17.467.631,07	R\$ 104.805.786,42	R\$ 18.136.641,34	R\$ 18.831.274,71	R\$ 25.890.939,17	R\$ 167.664.641,64
Impacto							
Previsão Orçamentária Pessoal 2025- 3.1.00.00							192.278.022,00
Acréscimos estimados propostos em projeto de lei							2.454.932,36
Impacto sobre a despesa orçada de pessoal em 2025							1,277%
Índice apurado em Março/2025							41,49%
Índice estimado para 2025 após o aumento							44,54%

#### Impacto Sobre a Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÕES	VALORES
1.Orçamento Previsto Despesa com Pessoal	R\$ 192.278.022,00
2.Receita Total Prevista - Líquida	R\$ 536.027.350,64
3.Custo já Considerado no exercício	R\$ 52.682.857,20
4.Custo deste Impacto	R\$ 2.454.932,36
5.Total a ser Considerado	R\$ 55.137.789,56
6.Impacto Orçamentário (5/1)	1,28%
7.Impacto Sobre a RCL (5/2)	10,29%

#### 5- Conclusão



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

O impacto orçamentário está dentro dos limites aceitáveis pela legislação fiscal, como os da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe tetos de até 54% da RCL para o Poder Executivo.

**Leme, 09 de maio de 2025.**

**Valéria Ap. Scatolini Otsuka**  
**Diretora de Contabilidade**  
**CRC: 1SP214845/O-7**

**Elaine Cristina dos Santos Silva**  
**Chefe de Núcleo Orçamento e Planejamento**  
**Responsável pela elaboração do documento**

Assinado por 2 pessoas: ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA e VALÉRIA AP. SCATOLINI OTSUKA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/894059565EDD08-38A12> e informe o código 894059565EDD0838A12





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 88D0-5852-DD0A-38AE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ELAINE CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA (CPF 302.XXX.XXX-80) em 09/05/2025 17:02:46 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALÉRIA AP. SCATOLINI OTSUKA (CPF 175.XXX.XXX-50) em 09/05/2025 17:05:05 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/88D0-5852-DD0A-38AE>





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DAFC-2A46-D008-2BD2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 12/05/2025 09:55:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/DAFC-2A46-D008-2BD2>